

CONCEPÇÕES DE PROFESSORAS ACERCA DA ABORDAGEM DA LINGUAGEM ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ana Paula de Jesus Capistrano¹

Liane Araujo²

Eixo temático: 4. Alfabetização e infância

Resumo: O artigo tem como finalidade apresentar o projeto de pesquisa submetido e aprovado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, o qual pretende investigar as concepções de professoras acerca da abordagem da linguagem escrita na Educação Infantil. Serão apresentados o contexto, a fundamentação teórica e a metodologia que será empregada na pesquisa.

Palavras-chaves: Educação Infantil; Linguagem Escrita; Alfabetização.

Introdução

Por frequentarem ambientes sociais em que a escrita está sempre presente, as crianças, desde muito cedo, a depender das oportunidades de convívio que lhes são propiciadas, iniciam sua familiarização com a linguagem escrita. Quando ingressam no ambiente escolar, a escrita continua fazendo parte do cotidiano das crianças que, nas interações, além de brincarem com essa forma de linguagem e utilizarem-se de suas funções sociais, também irão iniciar as reflexões sobre seus aspectos estruturantes e notacionais.

Segundo Brandão e Leal (2016), existem três perspectivas que definem a abordagem da linguagem escrita na Educação Infantil. A primeira é denominada “obrigação da alfabetização” (BRANDÃO; LEAL, p. 16). Essa perspectiva propõe uma ideia de obrigação que negligencia o trabalho com outras linguagens, colocando ênfase em práticas mecânicas

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora da Educação Básica da rede municipal de Feira de Santana. Contato: anapaula.capistrano@yahoo.com.br

²Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora Adjunta da FACED/UFBA. Contato: lica@ufba.br

de alfabetização, por vezes questionadas até mesmo para o Ensino Fundamental, geralmente embasada em uma concepção de alfabetização como ensino do “código alfabético”.

A segunda perspectiva intitulada “letramento sem letras” (BRANDÃO; LEAL, 2016, p. 18) defende práticas pedagógicas permeadas pelas múltiplas linguagens na Educação Infantil, admite até práticas de ouvir leitura de histórias, porém exclui as crianças de outros modos de contato com a linguagem escrita. Geralmente associa-se a concepções de alfabetização que tomam a língua escrita para além do sistema alfabético, mas atribuem as aprendizagens relativas ao sistema alfabético como conteúdo do Ensino Fundamental.

Por fim, a terceira perspectiva que é apresentada e defendida pelas autoras denomina-se “Ler e escrever com significado na Educação Infantil” (BRANDÃO; LEAL, 2016, p. 19), e argumenta que não se pode isentar as crianças do contato com a linguagem escrita, e esta precisa ser abordada a partir de contextos significativos, lúdicos e letrados. Essas atividades significativas podem ora referir-se mais a experiências com a cultura escrita, ora também envolvem a reflexão sobre a notação da língua e sua base sonora, a depender dos autores que a defendem.

Essas diferentes perspectivas circulam nas escolas, influenciando as práticas pedagógicas das docentes que atuam na Educação Infantil. Além delas, as práticas das professoras também são influenciadas pelos documentos oficiais que orientam o fazer pedagógico nesse segmento. Dentre esses documentos destaco a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), que define que as crianças da Educação Infantil tenham vivências com a linguagem escrita através dos seus conhecimentos prévios sobre a língua e do contato com histórias e textos de diferentes gêneros.

As diferentes concepções do que seja alfabetizar e como se alfabetiza, bem como essas diferentes perspectivas quanto à leitura e escrita na Educação Infantil, junto com os documentos oficiais que balizam o campo educativo, fazem parte dos discursos que são construídos no âmbito acadêmico e/ou político para a escola. Entretanto, só serão incorporados ao fazer pedagógico docente a partir dos sentidos que essas profissionais empregarão a esses discursos, visto que, segundo Albuquerque, Morais e Ferreira, “na realidade prática, o que ocorre não é exatamente o que está escrito. As práticas cotidianas revelam que os discursos são transformados conforme os contextos e as conjunturas das diferentes culturas” (2008, p. 255). Essas transformações são nomeadas pelos autores citados como fabricação do cotidiano docente, o qual é realizado a partir das interpretações que essas profissionais fazem dos discursos que são produzidos para a escola.

Diante do exposto, o presente artigo visa a apresentar um projeto de pesquisa que foi aprovado na linha Linguagem, Subjetivações e Práxis Pedagógica do Programa de Pós-

Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Mestre em Educação. O referido projeto intitula-se “Concepções de professoras acerca da abordagem da linguagem escrita na Educação Infantil”, e tem o objetivo de investigar as concepções docentes quanto à abordagem da linguagem escrita, no segmento da Educação Infantil.

O estudo também intenciona compreender como os saberes, os discursos e o cotidiano das docentes que atuam na primeira etapa da Educação Básica são influenciados e constituídos a partir das diferentes perspectivas sobre alfabetização na Educação Infantil, dos documentos oficiais referentes à abordagem da linguagem escrita nesse segmento, assim como a partir das expectativas criadas em torno dos resultados das suas práticas.

Perspectivas sobre a leitura e escrita na Educação Infantil

De acordo com Moraes, Albuquerque e Ferreira (2008), as práticas escolares cotidianas são fabricadas pelos autores que estão nesses espaços a partir das transformações dos discursos elaborados para a escola, isto é, o cotidiano escolar é fabricado a partir das interpretações e das seleções que as professoras fazem desses discursos para suas práticas. Eles argumentam ainda que é importante diferenciar os discursos dos sujeitos que atuam no contexto escolar dos discursos acadêmicos, políticos e científicos que são produzidos sobre e para a escola, uma vez que

Os primeiros (os discursos construídos pelos atores que atuam na escola) não se apresentam nas práticas das realidades escolares do mesmo modo como foram “estrategicamente” elaborados, mas de um modo “taticamente” fabricado. (ALBUQUERQUE; MORAIS; FERREIRA, 2008, p. 255)

Com isso, as práticas de abordagem da linguagem escrita na Educação Infantil são fabricadas pelas docentes atuantes nesse segmento mediante suas próprias concepções, as seleções e interpretações que elas fazem dos discursos que são produzidos para a escola. Nesse processo de fabricação, essas docentes não só podem adotar uma única perspectiva que esteja em conformidade com suas convicções, como também podem incorporar diferentes perspectivas a fim de elaborar práticas que considerem pertinentes para a apropriação da linguagem escrita pelas crianças da Educação Infantil.

A alfabetização na Educação Infantil é um campo polêmico, atravessado por discordâncias quanto abordar ou não a linguagem escrita nessa etapa da educação básica. Como já mencionado anteriormente, são diversas as perspectivas referentes à abordagem da

linguagem escrita na Educação Infantil, perspectivas essas que embasam a ação pedagógica das docentes atuantes nesse segmento. Dessa maneira, diversas docentes fabricam seu cotidiano escolar assumindo em suas práticas perspectivas de abordagem da linguagem escrita as quais não admitem o contato e a reflexão das crianças sobre sua língua nativa. Outras docentes assumem perspectivas de ensino da língua que pretendem impor a apropriação da escrita pela criança de forma que estas ingressem o Ensino Fundamental plenamente alfabetizadas, ainda que tal prática não seja objetivo da Educação Infantil.

Considerando que vivemos em uma sociedade grafocêntrica em que a escrita permeia a maioria das práticas sociais; considerando também que as crianças desejam aprender e têm o direito de interagir com essa forma de linguagem, há docentes que contrapõem as vertentes anteriores e assumem em sua ação pedagógica perspectivas que levam em conta as especificidades da infância, bem como os eixos estruturantes do currículo estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010), que são as interações e brincadeiras. Assim sendo, essas docentes propõem práticas lúdicas, contextualizadas e letradas de ensino da língua. Conforme exposto previamente, Brandão e Leal (2016) defendem e denominam essa última perspectiva de ensino da língua como “ler e escrever com significado na Educação Infantil” (p. 19).

Outros estudiosos também defendem tal perspectiva. A exemplo, Baptista (2010) defende que a linguagem escrita é um patrimônio cultural que as crianças da Educação Infantil têm o direito de ter acesso através de situações de uso real da língua. Segundo a autora

O trabalho com a leitura e a escrita na educação infantil deve estar comprometido com o direito de a criança expandir seu conhecimento. Para que isso ocorra, a prática pedagógica deve promover situações significativas em relação à cultura letrada e à cultura infantil. (BAPTISTA, 2010, p. 4)

Assim como Baptista (2010), Vygotsky (1998) já defendia que a linguagem escrita precisa ser desenvolvida com as crianças, a partir de situações de uso real da língua em que elas percebem a importância e a função que essa forma de linguagem exerce no contexto sociocultural o qual estamos inseridos. Ele afirma que

Uma necessidade intrínseca deve ser despertada nelas e a escrita deve ser incorporada a uma tarefa necessária e relevante para a vida. Só então poderemos estar certos de que ela se desenvolverá não como hábito de mãos e dedos, mas como uma forma nova e complexa de linguagem. (VYGOTSKI, 1998, p. 156)

Os autores supracitados concebem a criança como um ser sociocultural que aprende e se desenvolve a partir da interação com as diversas formas de linguagem que compõem

sua cultura, inclusive a escrita. Deste modo, eles defendem que as crianças precisam ter acesso as diferentes práticas de escrita e seus diferentes portadores, de forma que elas possam ampliar e consolidar seus conhecimentos referentes à escrita.

Associado a perspectiva “ler e escrever com significado na Educação Infantil” (BRANDÃO; LEAL, 2016, p. 16), há também estudiosos que, além de defenderem a interação das crianças com as diversas práticas de escrita, também argumentam que os pequenos se interessam e são capazes de refletir sobre aspectos estruturantes da escrita alfabética, como sua base sonora e a notação da língua.

Nesse sentido, Araujo (2017) concebe que o ensino da linguagem escrita na Educação Infantil precisa ocorrer a partir de práticas que proporcionem reflexão sobre os aspectos fonológico e notacionais do sistema de escrita, bem como sobre seus variados usos sociais, em situações lúdicas e de uso da linguagem escrita. Ela afirma que

Em vez das práticas mecânicas e descontextualizadas referentes ao sistema de escrita, são as experiências com a cultura escrita e com a língua em seus usos potentes e significativos – a leitura e a escrita como atividades discursivas, de produção de sentido – que vão propiciar as experiências necessárias às apropriações da linguagem escrita pelas crianças. (ARAUJO, 2017, p. 351)

Do mesmo modo, Moraes (2019) argumenta que as crianças, desde muito novas, já manifestam, de forma espontânea, o interesse em compreender o funcionamento do sistema de escrita. Assim sendo, a instituição escolar precisa oportunizar situações em que elas possam refletir sobre sua língua materna “sem que para isso tenham que ser submetidos, na Educação Infantil, a um ensino sistemático de alfabetização ou a treinos de pronúncia de fonemas isolados” (2019, p. 35).

Em relação aos documentos oficiais que normatizam o fazer pedagógico na Educação Infantil, as DCNEI determinam a garantia de práticas que “possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos” (BRASIL, 2010, p. 25). No entanto, não estabelecem objetivos de aprendizagens referentes ao estudo da língua escrita pelas crianças da Educação Infantil. Segundo Moraes, Silva e Nascimento (2020, p. 8), o documento revela “uma intenção explícita de não orientar um trabalho pedagógico voltado à reflexão sobre a notação escrita da língua”. Já a BNCC, documento homologado oito anos após as DCNEI, apresenta detalhadamente os objetivos de aprendizagem que precisam ser garantidos em cada grupo de faixa etária da Educação Infantil. De acordo com as análises realizadas por Moraes, Silva e Nascimento (2020) nas três versões da BNCC, esses objetivos abarcam a aprendizagem da notação alfabética, práticas de escrita, leitura e compreensão de

textos.

As diferentes perspectivas sobre a leitura e escrita na Educação Infantil bem como os diferentes documentos orientadores e normativos desse segmento ressoam, como discutido anteriormente, na fabricação do cotidiano das práticas educativas e, certamente, aparecem nas concepções docentes sobre suas práticas. São essas concepções e renossâncias que essa pesquisa pretende investigar.

Caminhos metodológicos a serem percorridos

A investigação será pautada na abordagem qualitativa, em que buscaremos investigar as concepções de professoras da rede municipal de Feira de Santana-Bahia acerca da abordagem da linguagem escrita na Educação Infantil, e quais perspectiva de leitura e escrita na Educação Infantil aparecem em seus discursos sobre suas práticas docentes.

Para tal, será realizado uma pesquisa bibliográfica com o propósito de apresentar e discutir sobre o campo da linguagem escrita na Educação Infantil, bem como uma pesquisa de campo a fim de atender ao objetivo que busca identificar as concepções docentes e as possíveis perspectivas de ensino da língua que influenciam sua prática.

Para identificar as concepções que fundamentam as práticas de abordagem da linguagem escrita realizadas no contexto da Educação Infantil é imprescindível que as vozes das professoras inseridas nesse segmento sejam escutadas e trazidas ao debate. A partir dessa escuta é possível identificar e conhecer as concepções dessas docentes referentes ao tema em questão, bem como identificar e conhecer as perspectivas com as quais lidam cotidianamente. Dessa forma, o levantamento de dados e a investigação dos discursos docentes serão realizados a partir de entrevistas semiestruturadas.

Do mesmo modo, serão realizadas entrevistas com docentes do primeiro ano do Ensino Fundamental e coordenadoras pedagógicas a fim de identificar como elas concebem e quais são as perspectivas de ensino e aprendizagem da linguagem escrita que elas têm para a etapa da Educação Infantil.

Os dados obtidos serão categorizados, analisados e discutidos à luz do estudo que será efetivado pela pesquisa bibliográfica.

A pesquisa será realizada entre o período de 2021.1 a 2020.2, e sua amostra será constituída por professoras da Educação Infantil, do 1º ano do Ensino Fundamental e coordenadoras pedagógicas de duas escolas distintas da rede municipal de Feira de Santana-Bahia.

Considerações Finais

O ensino e aprendizagem da linguagem escrita na Educação Infantil é um tema muito discutido e muito divergente. Isso porque, conforme exposto nesse artigo, existem diferentes perspectivas referentes essa temática como, por exemplo, os que defendem o direito da criança em interagir com a linguagem escrita a partir dos princípios pertinentes à essa etapa da educação básica; os que consideram prematuro trabalhar a escrita com as crianças desse segmento e os que propõem práticas de adiantamento do Ensino Fundamental.

Essas diferentes perspectivas podem estar inseridas no cotidiano das práticas concernentes a leitura e escrita na Educação Infantil, norteando o fazer pedagógico das docentes que atuam nesse segmento.

Com isso, a partir da realização da pesquisa cujo projeto foi apresentado nesse artigo, espera-se compreender e provocar discussões acerca das perspectivas que embasam as práticas de abordagem da linguagem escrita das docentes que atuam no campo da Educação Infantil, bem como da importância da autonomia para prática docente. A pesquisa³ buscará dialogar e contribuir com os debates já instaurados na academia a respeito da temática em questão.

As concepções são elaboradas a partir da interação e do sentido que os indivíduos dão ao mundo e aos diferentes âmbitos socioculturais que o constitui. À vista disso, discutir sobre concepções de um sujeito é falar sobre algo que lhe é próprio e fruto de suas vivências. É necessário, portanto, sensibilidade para entendê-las sem julgamentos, uma vez que são compreensões do sujeito sobre mundo à sua volta (MINEIRO, 2021).

Referências

ARAUJO, L. C. Ler, escrever na Educação Infantil: uma dicotomia mal colocada. **Revista Contemporânea de Educação**, v.12, n. 24, maio/ago 2017, p. 344-36. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3578/pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

ALBUQUERQUE, E. B. C; MORAIS, A. G; FERREIRA, A. T. B. As práticas cotidianas de alfabetização: o que fazem as professoras? **Revista Brasileira de Educação**, v. 13 n. 38, p. 252-409, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/05.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BAPTISTA, M. C. **A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância.**

³ Tendo em vista que a pesquisa ainda se encontra em sua fase inicial, ainda não dispomos de resultados. Entretanto, em ocasião oportuna, desejamos apresentar os resultados obtidos, assim como sua análise e discussão.

Brasília: Ministério da Educação, 2010.

BRANDÃO, A. C. P; LEAL, T. F. Alfabetizar e letrar na Educação Infantil: o que isso significa?. In: BRANDÃO, A. C. P; ROSA, E. C. S. (Orgs.). **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. cap. 1, p. 13-32.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MINEIRO, M. **O essencial é invisível aos olhos: a concepção dos estudantes sobre a mediação didática lúdica na educação superior**. 2021. 445 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

MORAIS, A. G; SILVA, A; NASCIMENTO, G. S. Ensino da notação alfabética e práticas de leitura e escrita na educação infantil: uma análise das três versões da Base Nacional Comum Curricular. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020, p. 1-25. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v25/1809-449X-rbedu-25-e250018.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MORAIS, A. G. **Consciência fonológica na Educação Infantil e no ciclo de alfabetização**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 238 p.

VIGOTSKI, L. S. **A Formação Social da Mente: O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. 6. ed. São Paulo: Editora Martins Fonte, 1998.